

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 023

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 21 DE MARÇO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Algaci Tulio</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 10: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielese - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 006ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
21 DE MARÇO DE 2001**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Nelson Tureck e Antonio Annibelli.

Às dezoito horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 552

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, votação em bloco das Proposições de Veto, itens 02 a 05, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 21.03.2001.

(a) ANTONIO BARATTER

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do senhor deputado Antonio Baratter, constante do expediente, solicitando votação em bloco das proposições de veto, itens 02 a 05, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 001/98. Veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 326/95, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que cria o Programa Estadual de Incentivos Fiscais para a Informatização das Escolas da Rede Pública de Ensino e das Entidades Filantrópicas. COM RELATÓRIO DA C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG nº 331/97

Curitiba, 23 de dezembro de 1997.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 260/97, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 326/95, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo criar “o Programa Estadual de Incentivos Fiscais para Informatização das Escolas da rede Pública de Ensino, vinculado à Secretaria de Estado da Educação”.

O projeto de lei em referência, embora reconhecida a louvável preocupação do autor para com o ensino público, não mereceu acolhimento face a inconstitucionalidade de que está eivado, porque fere mandamentos contidos nos artigos 135 da Constituição Estadual e 167 da Carta Magna, os quais vedam vinculações de receitas. Esse é também o ponto de vista esposado pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI

Governadora do Estado, em exercício.

(O Projeto de Lei nº 326/95 encontra-se publicado no D.A. nº 099, de 21.08.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 01/98
VETO GOVERNAMENTAL

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela, cria o Programa Estadual de Incentivos Fiscais para a informatização das escolas da rede pública de ensino e das entidades filantrópicas.

Analisando o veto governamental em epígrafe, o mesmo foi devolvido em tempo hábil e encontra-se em plenas condições de ser apreciado pelo douto e soberano Plenário.

É o relatório.

Sala das Sessões, em 31.03.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

Convidamos o senhor 1º Secretário, deputado Nelson Tureck, para que faça a chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Nelson Tureck)

(Procede à chamada nominal dos senhores deputados)

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Votaram (39) trinta e nove senhores deputados.

Convido o deputado Luiz Carlos Zuk, o deputado Nereu Moura e o deputado Cesar Silvestri para fazerem a apuração.

Trinta e nove (39) senhores deputados votaram.

Não - (23) vinte e três, senhores deputados.

Sim - (15) quinze, senhores deputados.

Voto em Branco - (01) um.

Mantido o Veto. Rejeitado o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

De acordo com entendimento com as Lideranças, vamos passar à votação da:

Discussão Única da Proposição nº 026/98.

Discussão Única da Proposição nº 017/99.

Discussão Única da Proposição nº 030/99.

Discussão Única da Proposição nº 032/99.

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 026/98, veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 320/98, de autoria do deputado Anibal Khury, que dispõe sobre a anistia de dívidas de multa de trânsito. COM RELATÓRIO DA

C.C.J.. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 370/98

Curitiba, 24 de setembro de 1998.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 195/98, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 320/98, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo anistiar dívidas decorrentes de multas de trânsito, aplicadas pelas agentes do Poder Público e a não computação de pontos de que trata o Capítulo XVI, do Código Brasileiro de Trânsito, tendo o veto parcial aposto incidido sobre as disposições do artigo 1º e seus parágrafos.

A negativa de sanção ao referido artigo 1º e seus parágrafos, do presente projeto de lei, decorre da total impossibilidade de adotá-lo, tendo em vista que, em conformidade com o disposto no artigo 320, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código Brasileiro de Trânsito), parte da receita de recursos provenientes de multas por infrações de trânsito pertence à União Federal, “na conta de fundo de âmbito nacional destinado à segurança e educação de trânsito”.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa excelência os meus protestos de elevados apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 320/98, encontra-se publicado no D.A. nº 111, de 17.08.98).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO PARCIAL Nº 026/98

P A R E C E R :

Relatório

A presente proposição dispõe sobre o veto parcial governamental ao Projeto de Lei nº 320/98, de autoria do deputado Anibal Khury, que tinha por objetivo conceder anistia de dívidas decorrentes de multa de trânsito.

Fundamentação

Chamada a opinar a Comissão de Constituição e Justiça, comprovou que o Projeto de Lei nº 026/98, foi vetado pelo senhor governador dentro do prazo constitucional e, também, que o prazo que a comissão tinha para emitir parecer acabou no dia 30 de outubro de 1.998, conforme o que preceitua o artigo 215, do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Conclusão

Sendo assim, apresentamos parecer no sentido que a proposição em tela seja colocada na Ordem do Dia, conforme o § 3º, do artigo 215 do nosso Regimento Interno:

“§ 3º - Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no parágrafo anterior, que não flui durante o recesso parlamentar, o veto será colocado na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até a sua votação final”.

Sala das Sessões, em 21.09.1999.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CESAR SELEME - Relator

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 017/99, veto aposto ao Projeto de Lei nº 281/99, de autoria do deputado Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo doar à Associação dos Meninos de Curitiba - Assoma, imóvel de sua propriedade, situado no município de Piraquara. COM RELATÓRIO DA C.C.J.. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 204/99.

Curitiba, 09 de julho de 1999.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 092/99, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 281/99, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a doar à Associação dos Meninos de Curitiba - Assoma, o imóvel que especifica, de propriedade do Estado do Paraná, denominado Fazenda Palmital, registrada sob nº 00233, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pinhais, tendo o veto parcial aposto incidido sobre as disposições contidas no artigo 4º.

A negativa de acolhimento ao referido artigo 4º, deve-se ao entendimento de não haver possibilidade nem ser cabível atribuir-se à Polícia Militar do Estado a permanente responsabilidade pela guarda e proteção de tal imóvel, uma vez que, em decorrência da doação autorizada, o mesmo passará ao domínio patrimonial de pessoa jurídica de direito privado.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevados apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 281/98, encontra-se publicado no D.A. nº 058, de 31.05.99).

LEI Nº 12608

Data: 09 de julho de 1999.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica à Associação dos Meninos de Curitiba - Assoma

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Associação dos Meninos de Curitiba - Assoma, imóvel de propriedade do Estado do Paraná, denominado Fazenda Palmital, com área total de 1.268.685,50m, registrada sob nº 00233, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pinhais.

Art. 2º - O imóvel que se refere o artigo 1º desta lei, será utilizado para a implantação de uma escola especial para menores abandonados e carentes, voltada exclusivamente para a formação e desenvolvimento da cultura de proteção do meio ambiente, da flora e da fauna, nas suas diversas formas.

Art. 3º - A utilização indevida do imóvel ou destinação diversa ao que preconiza o artigo anterior, é causa para a revogação da doação prevista, revertendo o imóvel e as benfeitorias que porventura venham a ser edificadas, no Patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando, ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 4º ... Vetado...

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo em Curitiba, em 09.07.99.

(aa) JAIME LERNER

Governador do Estado

MARIA ELISA FERRAZ PACIORNIK

Secretária de Estado da Administração

JOSÉ CID CAMPÊLO FILHO

Secretário de Estado do Governo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO PARCIAL Nº 017/99

P A R E C E R :

Ao Projeto de Lei nº 204/99, de autoria do deputado Anibal Khury, que visa o Poder Executivo a doar à Associação dos Meninos de Curitiba - Assoma, imóvel de sua propriedade, situado no município de Piraquara.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos

que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 15.09.1999.

(aa) CESAR SELEME - Presidente em exercício
NEREU MOURA - Relator

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 030/99, veto aposto ao Projeto de Lei nº 398/99, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo doar uma área de terras e benfeitorias a Prefeitura Municipal de Palotina. COM RELATÓRIO DA C.C.J.. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 306/99

Curitiba, 16 de novembro de 1999.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 196/99, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 398/99, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Palotina, uma área de terras, com benfeitorias, medindo 2.400m, no perímetro urbano da sede do referido município, havida pelo Estado, conforme Matrícula nº 10.413, ficha nº 01, do Livro nº 02, do Registro de Imóveis da Comarca.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre de informações prestadas pela Coordenadoria do Patrimônio do Estado, as quais esclarecem que, tendo consultado o Egrégio Tribunal de Justiça, porque tal imóvel havia sido originalmente a ele destinado, para instalação do Fórum da Comarca, foi recebida, através do Ofício nº 368/99-DP, a seguinte manifestação:

...”Outrossim, esclareço a Vossa Senhoria que este Tribunal de Justiça, por determinação do Excelentíssimo senhor desembargador presidente, está inclusive desenvolvendo projeto de reforma e ampliação do imóvel em questão, objetivando a instauração de procedimento licitatório para tal finalidade no mais breve espaço de tempo, até para desoneração das significativas importâncias desembolsadas, mensalmente, para fazer frente às despesas de locação do imóvel que atualmente abriga os serviços forenses da aludida Comarca.”

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 398/99, encontra-se publicado no D.A. nº 133/99, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO VETO Nº 030/99

P A R E C E R :

A presente proposição veto, oriunda do Poder Executivo visa vetar o Projeto de Lei nº 059/98, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a doar uma área de terras e benfeitorias à Prefeitura Municipal de Palotina.

Chamada esta Comissão a se manifestar, constatamos que o veto foi apresentado no prazo estabelecido pela Constituição Estadual (artigo 71, parágrafo 1º).

Assim, somos favoráveis ao encaminhamento do presente ao Plenário.

Sala das Comissões, em 07.12.1999.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 032/99, veto aposto ao Projeto de Lei nº 332/99, de autoria do deputado Nelson Justus, a doar imóvel à Colônia de Pescadores Z-7 de Guaratuba. COM RELATÓRIO DA C.C.J.. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 321/99.

Curitiba, 26 de novembro de 1999.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 209/99, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 332/99, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a doar à Colônia de Pescadores Z-7 de Guaratuba, o imóvel que especifica, situado na sede do município de Guaratuba.

A negativa de sanção do projeto de lei em referência, decorre de ter sido o mesmo considerado contrário aos superiores interesses públicos, conforme pronunciamento, adiante transcrito, da Coordenadoria do Patrimônio do Estado, órgão da Secretaria de Estado da Administração.

... “Justifica tal projeto de lei, mencionando o fato de que a Colônia de Pescadores Z-7 de Guaratuba, vem prestando relevantes serviços à comunidade do litoral do Paraná e de que a mesma necessita de uma sede própria, para que possa implantar serviços como atendimento médico, odontológico, assistenciais e advocatícios.

O imóvel a que se refere esse projeto de lei, realmente é de propriedade do Estado do Paraná, conforme

faz prova documentação anexada aos autos, contudo consta em nossos registros estar aquele imóvel sob a guarda da entidade denominada “Policlínica dos Pescadores” desde o ano de 1952, sem que haja documentação que proceda tal utilização, somente anotações da época que mencionam da destinação a ser dada pela aquisição do terreno, ao imóvel que iria ser edificado na época.

Referido imóvel situa-se na Rua Ponta Grossa, 431, Centro, Guaratuba, possui uma área de terreno de 330,00 m etrosquadrados e uma área edificada de 77,00 metros quadrados constituídos por 02 edificações.

Conforme a informação 378/99, encaminhamos o protocolado ao Decom para que o engenheiro que atende a região avaliasse o imóvel. De acordo com o valor alcançado pela avaliação, somos contrários à doação, já que o imóvel atende à Lei nº 12.398 do Paraná Previdência, que tem como objetivo a manutenção do Fundo Previdenciário do Estado do Paraná.

Ademais, vale ressaltar o fato de dito imóvel, segundo a transcrição acima, “estar sob a guarda da entidade denominada Policlínica dos Pescadores”, portanto, já na área dos que se dedicam à atividade da pesca.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 332/99, encontra-se publicado no D.A. nº 070, de 16.06.99.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 32/99
PROJETO DE LEI Nº 332/99

P A R E C E R :

A proposição de veto em questão foi aposta ao Projeto de Lei nº 332/99, de autoria do deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo a doar à Colônia de Pescadores Z-7, do município de Guratuba, o imóvel constituído de terreno, registrado sob o nº 06 da quadra 13, sob nº 15.185 no Registro de Imóveis, situado na cidade de Guaratuba.

Procedida a análise da referida proposição, verificamos que a mesma está dentro das formalidades legais, estando em condições de ser apreciada em Plenário - Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 22.02.2000.

(a) BASÍLIO ZANUSSI - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

Portanto, votaremos esses quatro últimos itens da pauta.

Solicito do senhor 1º secretário que proceda a Chamada Nominal do senhores deputados, para votação.

(É feita a chamada nominal dos senhores deputados).

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Votaram 37 (trinta e sete) senhores deputados. Convido os deputados Antonio Carlos Baratter, Chico Noroeste e Marcos Isfer para procederem a apuração.

Votaram “Não” ao veto 10 (dez) senhores deputados;

Votaram “Sim” ao veto 23 (vinte e três) votos.

Votos em “Branco” 04 (quatro).

Estão mantidos os vetos e rejeitados os projetos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 26, logo após a Sessão Ordinária com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 478/97, 154/99, 424/2000, 017/2001 e do Projeto de Resolução nº 035/2000.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 444/99, 074/2000, 078/2000 e 003/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 600/99 e 106/2000.

Levanta-se a sessão.